

**ADRIANA FREISLEBEN DE ZANETTI
ALEXANDRE REIS DE CARVALHO
GERALDO HABIB DE CARVALHO
MARCELO HONORATO
ROBERT CRAIG BURTON**

LEI DO ABATE

CONCEPÇÃO, TEORIA E PRÁTICA

2ª edição

Prefácio:

Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira
Ministro do STM

Apresentação da 2ª edição:

Tenente-Brigadeiro do Ar Alcides Teixeira Barbacovi
Comandante do Comando de Operações Aeroespaciais

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026**

Sumário

Capítulo 1 – Medida de Destruição de Aeronaves Civis: Histórico e Cenários Atuais no Direito Comparado1

Adriana Freisleben de Zanetti

- 1. Crimes transnacionais fronteiriços5
- 2. Crimes de terrorismo mediante o
apoderamento ilícito de aeronaves13
 - 2.1 Alemanha14
 - 2.2 Polônia18
- 3. Controvérsias acerca do tema e protocolo de Pequim19
- 4. Hipóteses previstas no ordenamento jurídico brasileiro21
- 5. Síntese conclusiva..... 28

Capítulo 1-A - O Encontro Diplomático de Pequim de 2010 e a Redefinição Interpretativa da Atuação Estatal na Segurança do Espaço Aéreo Internacional.....31

Adriana Freisleben de Zanetti

Marcelo Honorato

- 1. Introdução.....31
- 2. O modelo jurídico internacional original
e a proteção da operação aérea (1963–1971)..... 34
- 3. O direito internacional geral, o artigo 51 da Carta das Nações
Unidas e o artigo 3 bis da Convenção de Chicago36
- 4. O encontro diplomático de Pequim em 2010 e a reconfiguração
jurídica da ameaça aeronáutica internacional38
 - 4.1 A estrutura normativa38
 - 4.2 Conteúdo normativo.....41

5. O artigo 3 bis da Convenção de Chicago e o artigo 6 da Convenção de Pequim: coexistência normativa e recontextualização interpretativa	44
6. O regime brasileiro e a necessidade de alinhamento ao contexto interpretativo internacional	48
7. Conclusão	52

Capítulo 2 – Da Sirene ao Abate: Hipóteses de Aplicação da Lei 9.614/98

Geraldo Habib de Carvalho

1. Introdução.....	55
2. Da promulgação à regulamentação. Um hiato normativo.....	58
2.1 O caso ZP-TOC.....	61
3. Objetivos da lei 9.614, de 5 de março de 1998	64
4. Os procedimentos previstos em lei e seus regulamentos	66
4.1 Questões terminológicas.....	66
4.2 Hipóteses de abate	67
4.2.1 Decreto 5.144 de 2004 e suas nuances	79
4.3 Espécies de medidas de policiamento	83
4.3.1 Medidas coercitivas de averiguação.....	85
4.3.2 Medidas coercitivas de intervenção	86
4.3.3 Medidas coercitivas de persuasão	88
4.3.4 Medida “autoexecutória” de “destruição”: condições impostas.....	89
5. Pena de morte?	92
6. Considerações finais	94

**Capítulo 3 - Lei 9.614/98: Um Sopesamento à
Luz dos Direitos Fundamentais Envolvidos97**

Geraldo Habib de Carvalho

1. Introdução.....	97
2. Conceito de normas: pilar jurídico da ordem social.....	103
3. Normas regra e normas princípio. Dworking, Alexy e a lei do abate.....	104
4. Direitos fundamentais: restrições e teorias correlatas.....	108
4.1 dos direitos fundamentais: a influência do neoconstitucionalismo e do pós-positivismo na análise da lei 9.614, de 5 de março de 1998	108
4.2 A teoria dos quatro status de jellinek e a lei 9.614, de 5 de março de 1998.....	111
4.3 Restrições dos direitos fundamentais: possibilidades e teorias	114
5. Direitos fundamentais relacionados à aplicação da lei 9.614, de 5 de março de 1998	115
5.1 Direito à segurança pública	116
5.2 Presunção de inocência.....	117
5.3 Direito à vida	119
5.4 Devido processo legal	120
6. Colisão de direitos fundamentais: proporcionalidade e a lei do abate ...	122
6.1 Entendendo o princípio da proporcionalidade.....	123
6.2 A proporcionalidade das medidas coercitivas previstas na lei 9.614, de 5 de março de 1998	125
6.2.1 Subprincípio da Adequação	127
6.2.2 Subprincípio da Necessidade.....	129
6.2.3 Subprincípio da Proporcionalidade em Sentido Estrito...	135
7. Considerações finais	139

**Capítulo 4 - As interfaces entre a Lei do Abate
e o Protocolo de Montreal de 1984 141**

Marcelo Honorato

1. Introdução.....	141
2. O Protocolo de Montreal de 1984.....	142
3. Tratados Internacionais: aspectos formais e materiais.....	149
3.1 Procedimentos de formalização e vigência dos Tratados	149
3.2 Valor normativo dos Tratados no Brasil	151
4. O Protocolo de Montreal de 1984 e a Lei 9.614/1998.....	154
4.1 Efeitos do Protocolo de Montreal de 1984 em âmbito internacional e interno	154
4.2 Interação entre o Protocolo de Montreal de 1984 e a Lei 9.614/1998	156
5. Operações de Defesa Aérea no Brasil e o Protocolo de Montreal de 1984	157
5.1 Uso de armas contra aeronaves civis em voo suspeitas de tráfico de drogas	157
5.2 Uso de armas contra aeronaves civis em voo suspeitas ou hostis durante eventos de grande magnitude	159
5.3 Uso de armas contra aeronaves civis em voo suspeitas de ilícito durante estado de emergência Yanomami	161
6. Conclusão.....	164

**Capítulo 5 - Responsabilidade dos Pilotos de Caça e
Agentes Públicos em Cumprimento à Lei do Abate..... 167**

Marcelo Honorato

1. Introdução.....	167
2. Responsabilidade Criminal	168

2.1 Lei penal aplicável.....	168
2.2 Tipos penais aplicáveis.....	171
2.2.1 Tipos penais em medidas coercitivas diferentes da medida de destruição.....	172
2.2.2 Tipos penais em medidas de destruição	176
2.2.3 Tipos penais em erros de execução das medidas de policiamento aéreo.....	182
2.2.3.1 Colisão (ou quase-colisão) entre a aeronave militar e a aeronave civil interceptada.....	184
2.2.3.2 Deflagração de tiro acidental pela aeronave interceptadora	186
2.3 Excludentes de antijuricidade e culpabilidade	189
2.3.1 Estrito cumprimento de dever legal	189
2.3.2 Legítima Defesa.....	194
2.3.3 Obediência hierárquica	196
2.4 Direito Internacional Penal e o uso de armas contra aeronaves civis em voo	201
3. Responsabilidade Civil.....	206
3.1 Responsabilidade civil da União.....	207
3.2 Responsabilidade civil do piloto de caça e agentes públicos.....	212
4. Responsabilidade administrativa	215
5. Conclusão	217

Capítulo 6 – Ações de Policiamento do Espaço Aéreo:

Aspectos Criminais, Cadeia de Custódia e Trilha Investigatória.....219

Alexandre Reis de Carvalho

1. Introdução.....	219
2. Jurisdição, competência e aspectos criminais.....	221
2.1. Competência por prerrogativa de posto ou função (<i>ratione gradus ou ratione hierarchiae</i>).....	223

2.2. Competência material e o crime militar	223
2.3. Competência criminal no caso de morte de ocupantes da aeronave interceptada.....	226
3. Competência e atribuição das instituições do Sistema de Justiça Militar	229
3.1. Critério para definir o juízo da Justiça Militar da União competente para conhecer dos fatos e feitos decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo	231
3.2. Critérios para definir o órgão do Ministério Público Militar c om atribuição para conhecer dos fatos e feitos decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo	234
3.3. Autoridades e atribuições da Polícia Judiciária Militar na apuração dos resultados fático-jurídicos, de natureza criminal, decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo.....	236
4. Hierarquia e disciplina militares, defesa aeroespacial e a atuação finalística do Ministério Público Militar	241
4.1. Elementos analíticos dos crimes de natureza militar decorrentes das ações de policiamento do espaço aéreo	248
4.2. A (des)obrigatoriedade da instauração de IPM e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público Militar	252
5. A constitucionalidade e legalidade das ações de policiamento do espaço aéreo e a análise do estrito cumprimento do dever legal pelo Ministério Público Militar	255
5.1. Análise da excludente do estrito cumprimento do dever legal pelo Ministério Público Militar: fundamentos de segurança jurídica para a sociedade e para o sistema de defesa aeroespacial brasileiro	259
5.2. Cadeia de custódia operacional e protocolo investigativo padrão nas ações de policiamento do espaço aéreo	263
6. Síntese conclusiva.....	266

**Apêndice - O Uso de Força Letal Contra Aeronaves
Civis nos Estados Unidos da América271**

R. Craig Burton

Quem tem autoridade para abater uma aeronave civil de
acordo com as leis dos Estados Unidos da América?273

Além da lei interna dos Estados Unidos, os Estados Unidos
consideram que a lei internacional permite o uso da
força contra uma aeronave civil em 11 de setembro
ou em uma situação semelhante?.....274

É lícito abater aeronaves suspeitas de tráfico de drogas
sobre o território dos Estados Unidos?278

Assistência dos Estados Unidos a países que possuem uma lei
de “soberania aérea” que permite o uso de força letal
contra aeronaves civis suspeitas de tráfico de drogas 282

Conclusão..... 285

Referências.....289

Material Complementar.....303